

## MOÇÃO

### UMA VISÃO GLOBAL PARA O ENSINO SUPERIOR

Tendo como finalidade o cumprimento do que é a base da Constituição da República Portuguesa, relativamente ao acesso e frequência aos mais elevados graus de ensino e a progressiva gratuitidade destes, ainda que com a convicção de que as medidas avulsas positivas que foram produzidas no final desta legislatura devem ser valorizadas, acreditamos ter chegado a altura de ser elaborada uma reforma estrutural que permita a efetivação destes designios.

É unânime que a falta de financiamento para o Ensino Superior é um problema estrutural e, a par disto, temos consciência que está na hora de acabar com o paradigma de serem as famílias a financiarem o mesmo. Surge como consensual a existência de um conjunto de lacunas no que concerne às condições das próprias IES, às quais o Estado continua a não dar resposta, nomeadamente a degradação das infraestruturas e a falta de recursos humanos, docentes e não docentes, necessárias à prossecução do normal funcionamento das atividades letivas. Por sua vez, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), através do regime fundacional, acentuou a transferência de competências constitucionalmente atribuídas ao Estado para a esfera das IES, permitindo deste modo que entidades externas intervissem na gestão das mesmas, com a consequente subversão do papel do Ensino Superior. Concluimos então que, se há problemas estruturais e barreiras económicas que vedam o acesso ao Ensino Superior, a defesa de um Ensino Superior público, gratuito e de qualidade, é também uma questão democrática que está em causa e que temos de defender.

Assim, entendemos que a solução passa pela definição de um plano estratégico enquadrado numa visão global do Ensino Superior a curto, médio e longo prazo, que englobe:

1. Realização de um estudo de impacto da redução das propinas no ano letivo 2019/2020 para as IES, no qual seja avaliado o seu efeito na qualidade do ensino, nas necessidades de pessoal docente e não docente, e na manutenção das infraestruturas.
2. A redução e consequente abolição das propinas, taxas e emolumentos de todos os graus de ensino, sustentada pelo aumento do financiamento público para as Instituições de Ensino Superior (IES), cumprindo deste modo o acordo assinado em 2016 entre o Governo e as IES, o qual afirma que as universidades e politécnicos sejam ressarcidos financeiramente dos efeitos de qualquer alteração legislativa que os afecte;
3. Um crescente investimento por parte do Estado nas IES, com o intuito de melhorar a qualidade de ensino e o aproveitamento educativo, quer no plano material, com a restauração e melhoramento das infra estruturas, quer no plano da supressão das necessidades das IES no que concerne a contratação efetiva de pessoal docente e não docente;
4. Promoção de uma verdadeira revisão do RJIES.

- a. Reestruturação do regime fundacional do sistema de cada IES, caso a caso, de forma a evitar a desvirtuação do sistema público de ensino por uma influência excessiva do sistema privado;
- b. Democratização dos órgãos gestão da IES, sendo atribuído um papel significativo, e não meramente decorativo, à voz dos estudantes, pessoal docente e não docente nos processos de tomada de decisão dentro das IES. Neste sentido, defendemos que os Conselhos Gerais das instituições de ensino devam ter pelo menos o mesmo número de representantes que as entidades externas têm, garantindo sempre um mínimo de 15%;

Aveiro, 17 de Março de 2019

Proponente: AAL

Destinatários: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Ministério das Finanças; Direção Geral do Ensino Superior.

